

9

O estudo das pequenas cidades e os desafios conceituais: áreas de comparabilidade e complexidade mínima

Angela Maria Endlich

Departamento de Geografia. Universidade Estadual de Maringá

@ [amendlich@hotmail.com]

Fecha de recepción: 30/05/2011

Fecha de aprobación: 27/09/2011

Resumo

O conceito de cidades, do seu limiar e dos diferentes agrupamentos urbanos podem ser considerados temas clássicos para a Geografia. Apesar disso, a dinâmica da realidade e as transformações dela decorrentes exigem uma constante revisão desses conceitos. No caso do estudo das pequenas cidades, apenas nos últimos anos podemos considerar que se torna um tema mais frequente nas pautas acadêmicas e um relativo avanço teórico na compreensão destes espaços. Sistematizamos neste texto contribuições para a conceituação de pequenas cidades, tomando como referência a região Noroeste do Paraná.

Palavras-chave: Pequenas cidades. Cidades. Noroeste do Paraná. Geografia Urbana.

El estudio de las pequeñas ciudades y los desafíos conceptuales: áreas de comparabilidad y complejidad mínima

Resumen

El concepto de ciudades, de sus orígenes y de los diferentes agrupamientos urbanos pueden ser considerados temas clásicos para la Geografía. No obstante, la dinámica de la realidad y las transformaciones decorrentes exigen una constante revisión de esos conceptos. En el caso del estudio de las pequeñas ciudades, solamente en los últimos años podemos considerar que se torna un tema más frecuente en las pautas académicas y un relativo avance teórico en la comprensión de estos espacios. Sistematizamos en este texto contribuciones para la conceptualización de pequeñas ciudades, tomando como referencia la región Noroeste de Paraná.

Palabras clave: Pequeñas ciudades. Cidades. Noroeste de Paraná. Geografía Urbana.

Abstract

The concept of city, of its borders and of the different urban groupings may be considered a classical topic within the field of Geography. Despite this, the dynamics of reality and the transformation which arises from it demand a permanent revision of these concepts. Only in the past few years, the study of small cities, may be considered to be a more common topic within academic guidelines and relative theoretical advancement has been produced leading towards an understanding of these spaces. This text systematizes several contributions that intend to define small cities, taking the NorthWest Paraná region as reference.

Key words: Small cities, Cities, NorthWest of Parana, Urban Geography.

Introdução

O ponto de partida para este artigo é o estudo sobre pequenas cidades, considerando que são múltiplos os desafios que se apresentam para a realidade socioespacial dessas localidades, assim como para compreendê-las. Especialmente em espaços não-metropolitanos, ou seu entorno, muitas localidades passam por declínio demográfico, perda de centralidade, rarefação de equipamentos e serviços, entre outros. Neste trabalho, enfocaremos os desafios conceituais que permeiam os estudos acerca das pequenas localidades urbanas. Devemos lembrar que o questionamento sobre elas corresponde a pensar também o limiar da cidade de forma genérica. Portanto, as reflexões aqui apresentadas estão parcialmente relacionadas à retomada de uma questão já clássica para a Geografia abrangendo os elementos que podem levar a definição da existência de uma cidade.

Ao se trabalhar com a conceituação de pequenas cidades, entretanto, além de tentar distinguir dentre as aglomerações humanas aquelas que podem ser consideradas como cidades das quase-cidades¹, de imediato, estabelecem-se comparações com as demais categorias de assentamentos urbanos. Trata-

1 Defende-se que as localidades que não alcançam os patamares ou condições mínimas não podem ser consideradas como uma negativa da cidade (não-cidade), mas sim uma aglomeração que conta com muitas características bastante próximas dos limiares estabelecidos para tanto.

se de pensar comparativamente em relação às diversas localidades da rede urbana.

A conceituação e classificação das diferentes aglomerações no âmbito da rede urbana consistem, então, em uma tarefa comparativa, tanto quando se trata da questão do tamanho demográfico/territorial (pequenas, médias, grandes), como quando se volta aos seus papéis e respectivos alcances espaciais (cidades locais, regionais, nacionais, globais) (SANTOS, 1979b).

O que é certo e tem sido constantemente assinalado por quem já escreveu sobre o tema é que é fundamental sempre considerar o caráter variável do fenômeno no tempo e no espaço. Isso deve acontecer principalmente em relação ao tamanho demográfico, pois dimensões que podem caracterizar uma pequena cidade em determinado espaço ou período podem ser consideradas como de cidade média, por exemplo, em outro contexto. Por isso, não é adequado adotar uma tipologia rígida, sendo aconselhável, além da flexibilidade na classificação, o estabelecimento de áreas comparáveis, ou onde é possível tomar por referência critérios comuns (DESMARAI, 1984: 357).

Os objetivos mais específicos desse texto estão relacionados a pensar essas áreas nas quais a comparabilidade seria possível, sinalizadas como necessárias para se pensar o significado das localidades, e o que seria a complexidade mínima para que seja considerada como uma cidade. Iniciamos com o registro de algumas reflexões teóricas e tomamos como referência concreta a Região Noroeste do Paraná; estabelecemos uma análise baseada em alguns dados, relacionados aos processos que têm sido ressaltados como relevantes para o entendimento da densidade e dinâmica dos pequenos centros urbanos: estrutura fundiária, densidade demográfica e de estabelecimentos terciários (comerciais e de prestação de serviços).

A questão das áreas comparáveis

Embora exista consenso de que é preciso considerar as diferenças no tempo e no espaço e, conforme Desmarais (1984), estabelecer áreas comparáveis, parece, contudo, haver uma lacuna sobre o que se deve tomar como parâmetro para delimitar, ainda que de forma aproximada, tais áreas. É nesse sentido que procuramos avançar um pouco. A pergunta que permeia o desenvolvimento do trabalho nesta parte é a seguinte: Que processos ou

variáveis são importantes considerar para o entendimento dos assentamentos urbanos?

Em relação ao referencial empírico pergunta-se: será que a região Noroeste pode ainda ser considerada uma área de comparabilidade para a compreensão dos papéis e significados de suas localidades urbanas? Presupõe-se, portanto, que esta região reuniu, no período de sua ocupação capitalista efetiva, características que resultaram em uma área comparável, conforme detalhado em item seguinte. Será que os processos de transformação vivenciados na região alteraram suas características de forma que tal área não pode ser compreendida em relação aos objetivos aqui propostos como uma unidade? Neste caso, trata-se de olhar para um mesmo espaço, mas em momentos diferentes. De acordo com Corrêa (2000:122), o tempo encarrega-se de transformar elementos significativos ainda que nessa transformação permaneça a inércia das formas. No caso da região Noroeste o denso conjunto de pequenas localidades permanece, ainda que os papéis e significados das mesmas não sejam mais os mesmos.

Para procurar responder a este questionamento primeiramente consideremos a constatação de diferentes autores como Deffontaines (2004), Santos (1979b), Geiger (1963) e Corrêa (1999), ao inferirem a relação entre pequenas cidades e densidade demográfica, decorrente de estrutura fundiária menos concentradora e intensidade de uso da força de trabalho. De modo geral, a dinâmica das pequenas cidades reflete a evolução demográfica do entorno e estão relacionadas à economia de mercado, com uma mínima divisão territorial do trabalho.

Corrêa (2000) reitera e aprofunda essa idéia ao estudar a rede urbana a partir da perspectiva da formação socioespacial brasileira. Devido à grande heterogeneidade interna, o autor assinala três formações espaciais distintas, mas integradas entre si, e toma como elemento fundamental a estrutura fundiária.

Assim, ainda que existam pequenas cidades dispersas por todo o território, a presença das mesmas é maior em áreas com os predicados mencionados quanto à estrutura fundiária mais dividida, uso intenso do trabalho e, conseqüentemente maior densidade demográfica. A região Noroeste do Paraná contava com tais atributos entre as décadas de 1930 e 1970. É certo, contudo, que tais características vêm se alterando bastante, o que torna pertinente a problematização nos termos aqui colocados.

Nesse sentido, foram escolhidos alguns indicadores para prosseguir a análise. Enfocamos os dados relativos à estrutura fundiária, densidade demográfica e total de estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços em cada município.

Não podemos esquecer que a concentração fundiária, o uso intensivo de trabalho, juntamente com a geração de renda são elementos significativos para a formação de mercado e para o papel das localidades centrais que imperava na maioria das pequenas cidades.

Região Noroeste, coerência escalar e comparabilidade

A área designada neste trabalho como Noroeste do Paraná/Brasil, tomando por referência a divisão regional do IBGE, engloba três mesorregiões, subdividida em treze microrregiões (Quadro 1). Ao todo são 165 municípios representados na Figura 1.

Quadro 1. Noroeste do Paraná/Brasil, Meso e Microrregiões.

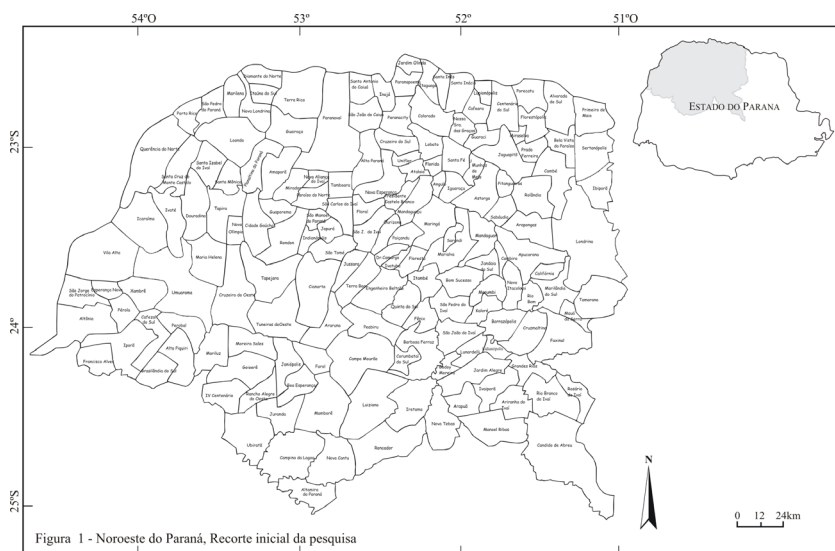
Mesorregiões	Microrregiões
Noroeste	Paranavaí, Umuarama e Cianorte
Centro Ocidental Paranaense	Goioerê e Campo Mourão
Norte Central Paranaense	Astorga, Porecatu, Floraí, Maringá, Apucarana, Londrina, Faxinal e Ivaiporã

Fonte: IBGE.

Trata-se, portanto, de uma área extensa e bastante dividida atualmente do ponto de vista político-administrativo. Tal recorte foi estabelecido com base em mesorregiões do IBGE, que reunissem municípios com uma história de formação semelhante. Entretanto, são inevitáveis as particularidades históricas e geográficas no âmbito municipal, ainda que se mantenham características gerais no contexto regional.

Pode se afirmar que o Noroeste do Paraná consiste em uma área que, a despeito das diferenças de natureza ambiental, teve um passado de certa forma homogeneizador, caracterizado pelo cultivo do café², loteamento de

2 O café era o produto predominante na região, mas outros também foram importantes, como hortelã e algodão.



terras rurais e urbanas promovido por colonizadoras privadas e o predomínio de pequenos estabelecimentos rurais. Podem ser sinalizados como pontos que caracterizam e oferecem à região uma relativa uniformidade os seguintes elementos: a formação de um complexo cafeeiro capitalista; o incentivo à produção cafeeira numa conjuntura recessiva, focalizada principalmente em pequenas e médias propriedades; a atuação planejada de empresas colonizadoras e a formação de uma densa rede urbana com muitas pequenas localidades.

No complexo cafeeiro capitalista, a ampliação da atividade nuclear do (produção de café) induzia o crescimento de uma série de atividades tipicamente urbanas (industrial, bancária, comercial, etc.), além da expansão do aparelho estatal. No compasso do desenvolvimento destas atividades, outras tantas eram reforçadas, como os transportes, comunicações, fornecimento de energia elétrica e construção civil. Então, o complexo cafeeiro envolvia bem mais do que a produção do café, pois implicava em uma série de atividades comerciais, industriais e financeiras, que compunham um dinâmico arranjo econômico e espacial.

Para a região Noroeste do Paraná, é importante destacar que a produção de café ocorria no âmbito de um complexo que se desdobrava em uma série de outras atividades econômicas. Não se tratava apenas do cultivo de

um produto agrícola, uma atividade do campo, mas de uma economia que apresentava significativa divisão de trabalho e atividades que se realizavam nos espaços urbanos. Tal dinâmica que se estendia de forma geral pela região constitui-se em elemento explicativo da urbanização da região. As pequenas cidades eram espaços dinâmicos onde se desenrolavam atividades articuladas com a economia cafeeira. O adensamento populacional e o consumo decorrente das relações assalariadas de trabalho, em um período de vias de transportes precárias garantiam o dinamismo comercial dos pequenos núcleos urbanos.

Transformações regionais

A formação socioespacial no contexto do complexo cafeeiro capitalista ocorreu com elementos que trouxeram alguma coerência regional, tal como se assinalou anteriormente. Contudo, uma série de transformações alterou rapidamente as características originais adquiridas pela região, fato que já foi objeto de outros estudos (quais?).

Em resumo, o Paraná deixou de ser o principal produtor de café devido a dificuldades no mercado mundial aliadas à posterior possibilidade de mecanização do cultivo no Centro Oeste brasileiro³. Destarte, mais do que crise da cafeicultura, foi uma crise do arranjo produtivo tal como ele se encontrava no Noroeste do Paraná, baseado em pequenas propriedades, destoante da tendência geral da economia brasileira e incapaz de suportar a oscilação característica do mercado mundial.

Em geral, explica-se o processo de mudança pela modernização na agricultura, o que é verdadeiro para boa parte da região. Entretanto, não serve para entender toda ela, pois o processo não foi o mesmo para todo o Noroeste. As áreas de solos argilosos passaram por este processo, porém os solos resultantes do arenito Caiuá, de forma geral, tiveram como opção imediata a pecuária extensiva. Observando esta área, na porção mais a noroeste da região, não há como explicar que o café foi retirado por causa da modernização da agricultura. Nessa área, a modernização da agricultura acontece

3 Naquela área além da redução da utilização de mão-de-obra, consegue-se melhor qualidade do café em virtude da colheita uniforme no momento mais adequado, caracterizando-se pela produção modernizada, o que representa um novo arranjo produtivo para a cafeicultura brasileira.

lentamente, com tentativas relacionadas a vários produtos e cultivos (sericultura, avicultura, fruticultura, etc.), moldando pequenas ‘ilhas’ em meio à pecuária extensiva. Extensões significativas são utilizadas pelo cultivo da cana-de-açúcar destinada ao processamento industrial de usinas e destilarias. Este é o principal cultivo agrícola de vários municípios, mas não superam as áreas destinadas à pecuária.

Efetuada estas ponderações, ressalta-se como elemento comum de transformação, em todo o recorte regional apresentado, como se confirmará a seguir, a concentração fundiária. Tal processo está relacionado em boa parte da região a uma produção no campo exigente de capital e tecnologia e ao êxodo rural. Questiona-se, então, se com as transformações ocorridas e com as dinâmicas atuais mantém-se a coerência escalar de âmbito regional anteriormente assinalada.

Considerando, então, as referências teóricas e empíricas, foram selecionadas algumas variáveis para tentar avançar quanto ao questionamento anteriormente apontado.

Concentração fundiária e o índice de Gini

O índice de Gini consiste em uma forma de representar a concentração de renda ou fundiária⁴. Na Tabela a seguir estão os indicadores de concentração de terras por Mesorregiões, no Estado do Paraná. Como se pode observar, as mesorregiões que compõem a área de estudo estão com índices de concentração superiores a 0,7 e, no caso da mesorregião Noroeste, com um dos mais altos indicadores (7,81), superior a média do Paraná.

4 O índice de Gini consiste em uma medida de desigualdade desenvolvida pelo estatístico italiano Corrado Gini, publicada no documento “*Variabilità e mutabilità*”, em 1912. Em geral utilizado para demonstrar a desigualdade de distribuição de renda, é também utilizado para mostrar a concentração fundiária.

Tabela 1. Mesorregiões do Estado do Paraná, Índice de concentração de terras (Gini), 1995.

Mesorregião	Índice de Gini
Sudoeste	0,582
Oeste	0,676
Sudoeste	0,686
Norte Central	0,731
Centro Ocidental	0,733
Norte Pioneiro	0,743
Metropolitana de Curitiba	0,771
Noroeste	0,781
Centro Oriental	0,796
Centro Sul	0,796
Paraná	0,752

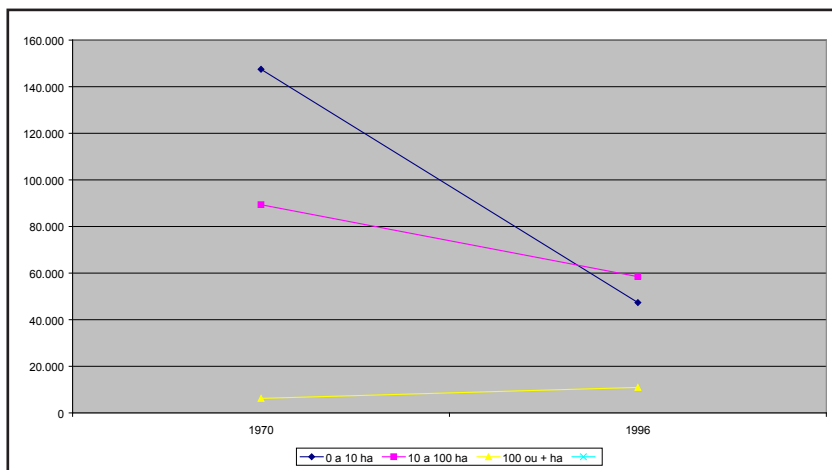
Extraído de: IparDES, 2005.

Desses dados pode-se inferir:

- a) Se no passado era característico dessa área do Estado uma estrutura fundiária melhor dividida, os atuais indicadores mostram que a concentração agora é grande;
- b) A área da mesorregião Noroeste do Paraná encontra-se mais gravemente afetada. Os indicadores apresentados são considerados fortes para as três primeiras mesorregiões apresentadas na Tabela e muito fortes para as outras sete (IPARDES, 2005). As três mesorregiões que compõem a área de estudo aqui apresentada estão entre estas últimas.

Entre 1970 e 1996, houve uma redução de mais de 100 mil estabelecimentos agropecuários de 0 a 10 hectares, além de outros 30 mil pertencentes ao grupo de 10 a 100 hectares. Por outro lado, quase dobrou o número de estabelecimentos de mais de 100 hectares (Figura 2). Ainda que numericamente pouco expressivos quando expostos junto com os demais grupos de áreas, este último conjunto abarca imensas áreas.

Figura 2. Noroeste do Paraná, Número total de estabelecimentos agropecuários por grupos de área, 1970-1996.



Fonte: IBGE, Censos agropecuários.

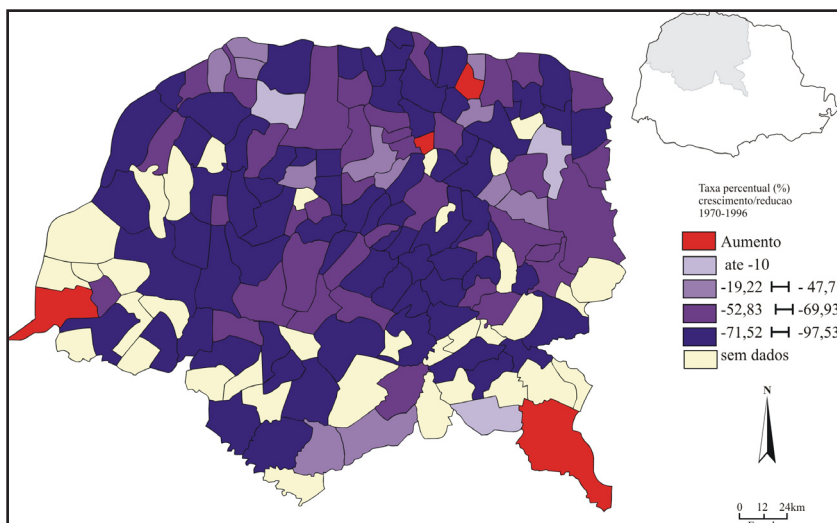
Esta modificação na estrutura fundiária é parte de um conjunto mais amplo de transformações, conforme exposto. Indica o predomínio de uma agricultura empresarial, com maior utilização de insumos industrializados e restrito uso de trabalho intensivo. Tais modificações reduziram muito a densidade demográfica das áreas polarizadas pelas pequenas localidades.

Foi expressiva a redução no número de estabelecimentos agropecuários. Em mais de 70 municípios, a redução oscilou entre 71,52% e 97,53% nos menores, ou seja, aqueles com área de até 10 hectares, destes 13 com diminuição de mais de 90% no número destes. O município que apresentou o limite máximo percentual de redução foi Guaporema – 97,53% no número de estabelecimentos de 0 a 10 hectares. Eram 526 em 1970 e 13 em 1996. Os únicos municípios de toda região a apresentarem crescimento no número de deste grupo foram Cândido de Abreu, Altônia, Cafeara e Flórida (Figura 3).

A redução no número de estabelecimentos agropecuários também foi grande no grupo de 10 a 100 hectares (Figura 2) na maioria dos municípios. A situação se inverte no grupo entre 100 ou mais hectares, no qual se verifica em alguns municípios altíssimos índices de crescimento, a saber: Japurá (850% - Eram dois estabelecimentos deste grupo em 1970 e 19 em 1996); Pérola (440% - Eram dez em 1970 e 54 em 1996) e Altônia (408,33% - 12 estabelecimentos em 1970 e 61 em 1996).

Estes números mostram que não foram poucas as modificações atinentes à estrutura fundiária nesta região, anteriormente referida como uma das áreas brasileiras com ocupação baseada em pequenas propriedades. Apesar desta inegável mudança na característica inicial da região, parece não haver muita diferença na espacialização destes dados no recorte territorial. A transformação afetou de forma parecida municípios de vários pontos do Noroeste do Paraná.

Figura 3. Noroeste do Paraná, Percentual de redução dos estabelecimentos agropecuários de 0 a 10 hectares por município, 1970-1996.



Fonte: IBGE, Censos agropecuários.

Ao lado dessa modificação, alterou-se de forma geral a dinâmica regional e, como parte deste processo, os papéis das pequenas cidades no âmbito da rede urbana.

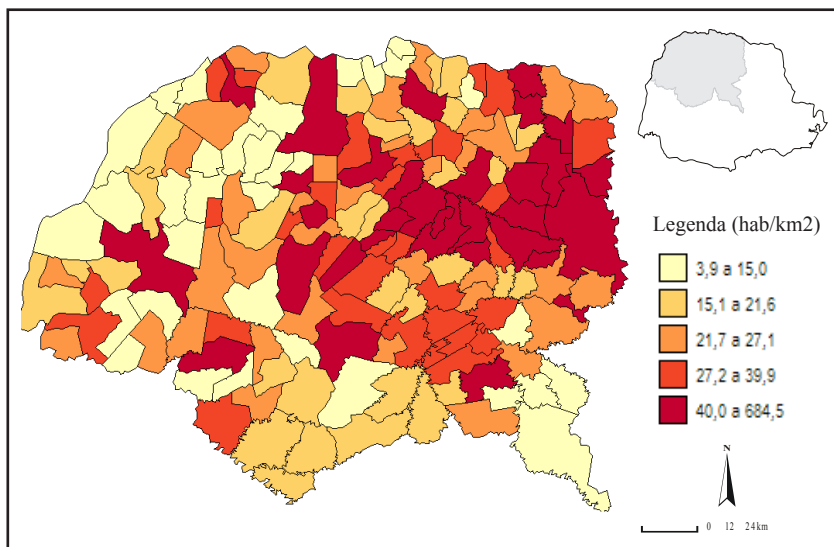
Densidade demográfica

Do ponto de vista da densidade demográfica observa-se já uma clara diferenciação, principalmente na mesorregião do Norte Central Paranaense, onde se encontra o maior número de municípios com os índices mais altos de habitantes por quilômetro quadrado.

Estes municípios formam uma espécie de eixo desde Londrina até Maringá, se prolongando até Paranaíba e também em direção a Cianorte. Os municípios com menor densidade aparecem mais no sentido noroeste e sul da região.

Há uma clara concentração demográfica, resultante do processo de transformação vivenciado na região. Em estudo anterior (qual? Pode pôr em nota de rodapé), observou-se que após essas mudanças, muitos municípios passaram por um processo de declínio demográfico. A tendência espacial da perda de população é a mesma indicada na figura anterior mostrando a formação de um eixo de maior urbanização e concentração demográfica.

Figura 4. Noroeste do Paraná, Densidade demográfica, 2000.



Fonte: IparDES.

Tomando as duas variáveis, verifica-se que apesar das mudanças no campo resultarem em um processo de concentração fundiária que pode ser avaliado como uniforme em toda a região, constata-se uma modificação no assentamento da população na região. Em muitos municípios, o êxodo rural correspondeu também a um êxodo municipal, já que a população em âmbito regional tendeu a se concentrar em localidades demograficamente maiores, bem como no eixo entre Maringá, Londrina ou outros centros

regionais. De forma geral, as pequenas localidades a oeste da região foram as mais afetadas com os processos de mudança, ainda que tal fato se mostre de forma bastante tênue.

Ao se reduzirem os postos de trabalho no campo e os estabelecimentos rurais, a população concentrou-se em centros urbanos maiores. Pode-se dizer que praticamente todas as sedes municipais cresceram, mas a concentração ocorreu de forma mais efetiva em municípios com mais de 50 mil habitantes, cujas sedes urbanas já se encontravam mais consolidadas. Em processo mais recente formou-se o referido eixo de desenvolvimento. Enquanto isso, centros urbanos tornaram-se incipientes, ou seja, não se consolidaram e tiveram sua centralidade reduzida. Para pensar a questão da complexidade mínima é preciso considerar, então, as mudanças nos papéis das pequenas localidades.

A questão da complexidade mínima

Apresentam-se nos próximos parágrafos algumas contribuições teóricas que nos ajudam a pensar a questão da complexidade mínima necessária para que se possa reconhecer a existência de uma cidade. Como assinalado antes, trata-se de buscar estes referenciais em relação aos papéis tradicionais das cidades, ou seja, seu funcionamento como localidades centrais. Em trabalho posterior, será preciso repensar a adequação desta forma de raciocínio tendo em vista a citada perda de centralidade que ocorre de forma geral com as pequenas cidades, ao passo que elas se tornam localidades com papéis não-centrais como o de moradia. Contudo, as contribuições até agora encontradas são fundamentais como ponto de partida.

Tendo por referência Sorre, Santos (1979b) afirma que existe uma cidade quando há “coalescência” de funções em uma aglomeração, isto é, quando há uma divisão do trabalho que garanta o mínimo de complexidade econômica e social.

Conforme Santos (op.cit.), a cidade local corresponde à dimensão mínima a partir da qual as aglomerações deixam de servir aos imperativos da atividade primária para servir às necessidades inadiáveis da população. Elas (as aglomerações ou as necessidades?) devem responder às demandas mínimas da população (SANTOS, 1979a:70-71). Se essa complexidade mínima não

está presente, de acordo com Santos, as localidades são ‘pseudocidades’, ou ‘cidades de subsistência’. São núcleos que dependem inteiramente de um só tipo de atividade produtiva, frequentemente primária, mas também secundária, ou terciária, como as cidades religiosas, universitárias, balneárias, serranas, etc. Ele considera igualmente “pseudocidades” localidades que ficam em zonas de influência industrial, que em geral são cidades-dormitório. Enfim, são pequenas aglomerações que não possuem essa complexidade mínima advinda da divisão social do trabalho. Em suma, não há interdependência funcional entre atividades.

Entretanto, como constatar esta dimensão e complexidade mínima? A busca por essa resposta resultou nos seguintes registros, nos quais podem estar possíveis contribuições. (continuação?)

Pode-se sinalizar que esta dimensão mínima pode ser apreendida por um critério demográfico, como o proposto por Desmarais (1984, p. 359), em que uma cidade deve atender às demandas básicas de pelo menos o dobro da população residente na sua área intra-urbana. Ela deixaria de ser considerada pequena se esta relação fosse de quatro ou cinco vezes superior a tal população. Por isso, uma cidade definida como pequena pelos seus dados demográficos pode não ser funcionalmente pequena, ou apenas local. A definição desta área de influência depende da densidade demográfica de núcleos urbanos na região de comparação, e do desenvolvimento terciário, como a composição comercial e a “animação” da cidade. Desta maneira, a área de influência de uma localidade é a medida de sua importância. Portanto, a centralidade define-se não apenas pela extensão desta área de influência como pela densidade demográfica existente no entorno das localidades.

Assim, pode se considerar como fatores relevantes para atingir o referido limiar de complexidade: a densidade populacional associada a um nível mínimo de renda, que deve garantir um patamar mínimo de consumo e manutenção das atividades econômicas, como a presença de estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços. (você falou de um só fator)

Outra forma de avaliar o nível de centralidade ou a existência de uma complexidade mínima consiste em verificar o número de estabelecimentos terciários (comerciais e de prestação de serviços) existentes em cada localidade. Esta contribuição pode ser verificada em proposta de Cote (1986), ao estudar a realidade argeliana bem como na obra clássica de Berry (1971).

Cote (1986) afirma que pequenas cidades seriam localidades com número de estabelecimentos comerciais entre cem e oitocentos, além de perfazer um total de vinte a quarenta tipos de equipamentos (você usou números antes, e agora escreveu por extenso). Além da dimensão e complexidade mínima, este critério pode ser útil na definição do limite superior no agrupamento das pequenas cidades numa tipologia urbana, nesse caso como parâmetros distintivos entre este tipo de cidade e as de porte médio. De acordo com o mesmo referencial, podem ser assim consideradas aquelas que possuem mais de oitocentos estabelecimentos.

Ao aplicar este procedimento metodológico para a região, observou-se que 103 sedes municipais não alcançam o limite de cem estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços. Na realidade, 58 delas não atingem nem a metade desse número. Em algumas sedes municipais, o número total de estabelecimentos não chega a uma dezena.

Pode-se dizer que, de acordo com este critério, significativa parte das sedes municipais, oficialmente cidades no Brasil, não alcançam a mencionada complexidade mínima sinalizada teoricamente. Ainda que não se considere estes dados como definitivos para negar a existência real de um amplo conjunto de cidades pode-se apreender que são núcleos incipientes como localidades centrais.

A redução da centralidade da maioria das pequenas cidades está relacionada às mudanças anteriormente mencionadas, mas também às facilidades atuais de locomoção para os centros regionais onde tendem a se instalar as superfícies comerciais maiores (supermercados e *shoppings*). Esta é uma tendência não apenas dessa região, pois o processo parece ser universal envolvendo outras áreas do Brasil e do mundo, ampliando o espaço cotidiano de relações.

Quanto ao limite de oitocentos estabelecimentos (comerciais e de serviços) como limiar entre as pequenas e médias cidades, parece ser bem adequado para a região. Os centros regionais com cerca de cinquenta mil habitantes alcançam o número de estabelecimentos indicado e são detentoras de dinamismo similar a cidades de porte médio⁵.

5 Foi elaborado um cartograma com o total de estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços por município, mas foi retirado devido ao limite máximo do arquivo para o trabalho completo. Ele poderá ser exibido na ocasião da apresentação oral do trabalho no evento.

Embora não seja uma regra, parece que os municípios com menos de cinco mil habitantes não alcançam a soma total de cinquenta estabelecimentos terciários. Portanto, somando alguns critérios, talvez seja possível destacar este como um patamar demográfico mínimo para que se considere a existência de uma cidade efetivamente, e não apenas uma sede urbana oficialmente considerada como cidade, sem a complexidade mínima teoricamente sinalizada.

Considerações finais

Ao finalizar esta análise, é preciso considerar que diversos pontos precisam ser retomados. Estas considerações têm por base dois pontos inter-relacionados de reflexão que se procurou manter durante todo o texto: a questão do que é necessário para se reconhecer uma área de comparabilidade em relação ao fenômeno urbano e aplicar os dados considerados relevantes ao Noroeste do Paraná.

Sobre o primeiro, reitera-se o consenso da necessidade de que se considere o contexto histórico e espacial para o entendimento do conjunto de assentamentos urbanos, bem como seus atributos e significados. Para isso, foi realizado o exercício aqui exposto de se considerar a relevância da estrutura fundiária, da densidade demográfica e, por fim, para caracterizar o grau de complexidade das localidades, foram analisados os totais de estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços de cada sede municipal.

Ponderamos, principalmente quanto a esta primeira questão, que este foi apenas um exercício. Talvez outros critérios possam ser analisados ainda que não exista dúvida nenhuma quanto à relevância daqueles analisados.

Em relação à segunda questão, havia a suspeita de uma diferenciação maior no âmbito regional, tendo em vista as suas áreas bastante distintas do ponto de vista ambiental (área de basalto e do arenito Caiuá). Entretanto, apesar das conhecidas diferenças geradas principalmente após o final da economia cafeeira na região, os dados analisados não demonstraram diferenças suficientes para não se considerar o Noroeste como uma área comparável do ponto de vista do fenômeno urbano. Ao contrário, com exceção do destaque à formação do mencionado eixo, o restante da região parece ter dinâmicas que prosseguem comparáveis, apesar das intensas mudanças ocorridas.

Referências

- BERRY, B. (1971). *Geografía de los centros de mercado y distribución al por menor*. Barcelona, Espanha: Vicens-Vives.
- CORRÊA, R. L. (1999). “Globalização e reestruturação da rede urbana – uma nota sobre as pequenas cidades”. *Território*, Rio de Janeiro v. 4, n. 6, p. 43-5.
- CORRÊA, R. L. (2000). “Rede urbana e formação espacial – uma reflexão considerando o Brasil”. In: *Território*, Rio de Janeiro, v.5, n. 8, pp. 121-129.
- COTE, M. (1986). “La petite ville et sa place dans le développement algerien”. In: *Centre d'Etudes et de Recherches Urbana, Petites Villes et Villes Moyennes dans le Monde Árabe*, Tours. 2t.(Urbanisation du Monde Árabe, n. 17), pp. 699-716.
- DEFONTAINES, P. (2004). “Como se constituiu no Brasil a rede das cidades”. *Cidades*, Presidente Prudente, v. 1, n. 1, pp. 119-146.
- DESMARAIS, R. (1984). “Considération sur les notions de petite ville et de ville moyenne”. *Cahiers de Géographie du Québec*, Saint-Foy (Quebec) v. 28, n. 75, pp. 355-364.
- GEIGER, P.P. (1963). *Evolução da rede urbana brasileira*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.
- IPARDES (2005). *Os vários Paranas: estudos socioeconomicos institucionais como subsidio aos planos de desenvolvimento regional*. Iparades, Curitiba.
- SANTOS, M. (1979b). *Espaço e sociedade*. Petrópolis: Vozes.
- SANTOS, M. (1979a). *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países desenvolvidos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves. (Coleção Ciências Sociais).
- SANTOS, W. dos (1989). *Cidades locais, contexto regional e urbanização no período técnico-científico: o exemplo da região de Campinas-SP*. 192f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.